



Escola Nacional de
Administração Pública



ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ROBERTO DO NASCIMENTO DA SILVA

**PROJETO DE INTERVENÇÃO - CURSO INTEGRATIVO:
"Agenda Jovem 2030: Paz, Justiça e Segurança para tod@s"**

Resumo: O presente trabalho tem como propósito apresentar uma proposta de intervenção para trabalhar com jovens dos bairros do entorno dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs) no intuito de promover a cultura de paz, o empoderamento de vulneráveis, sobretudo das jovens para uma igualdade de gênero e proteção contra violências, e o estímulo à participação e ação de engajamento dos (as) jovens para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente dos ODS 04, 05, 10, 11 e 16, assim contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, na perspectiva de construção de Políticas Públicas pelo conceito de Segurança Cidadã.

Palavras-chave: Democracia; Gênero; Paz; Prevenção; Protagonismo Juvenil.

Brasília
2019

ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**PROJETO DE INTERVENÇÃO - CURSO INTEGRATIVO:
"Agenda Jovem 2030: Paz, Justiça e Segurança para tod@s"**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Especialista
em Desenvolvimento Local e Objetivos
de Desenvolvimento Sustentável.

Aluno: Roberto do Nascimento da Silva

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge
Ramalho da Rocha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
CONTEXTO / JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	06
INÍCIO DO DIAGNÓSTICO / DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	08
LOCALIZAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO	08
PÚBLICO-ALVO	12
INSTITUIÇÃO/UNIDADE FUNCIONAL GESTORA E IDEALIZADORA	12
2 OBJETIVOS (PROPOSTA DE INTERVENÇÃO)	12
3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS	14
4 MARCO TÉCNICO E TEÓRICO	16
5 ESCOPO	34
5.1 ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO	34
5.2 NÃO ESCOPO	34
6 RESTRIÇÕES	35
7 PREMISSAS	36
8 RISCOS	36
9 PARTES INTERESSADAS	37
10 RECURSOS NECESSÁRIOS	38
10.1 EQUIPE DO PROJETO, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	38
10.2 RECURSOS MATERIAIS	38
10.3 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	39
10.4 ORÇAMENTO	39
11 CRONOGRAMA DE MARCOS	40
12 RESULTADOS ESPERADOS	40
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A - EMENTA - CURSO INTEGRATIVO	46
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 1 - PLANO DE VIDA	48
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 2 - CONV. FAMILIAR/COMUNITÁRIA	50
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 3 - AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem inspiração na reflexão sobre as vulnerabilidades à violência e criminalidade de jovens (homens e mulheres) de algumas localidades periféricas da cidade de Fortaleza, sobretudo por aspectos culturais e relacionados ao histórico de pouca atenção do poder público em geral.

Parte-se de uma adesão voluntária à **Agenda 2030** da Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo às recomendações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**ODS**), pela relação de suas metas e indicadores, precipuamente no que concerne aos **ODS 04** (Educação de Qualidade), **05** (Igualdade de Gênero), **10** (Redução das Desigualdades), **11** (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e **16** (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), assim como às diretrizes das **Campanhas #HeForShe (#ElesPorElas)**, **PLANETA 50/50** e **Vidas Negras**, que orientam ações de homens em prol das mulheres e meninas, do empoderamento das mulheres e meninas para se alcançar o pleno respeito e igualdade de oportunidades no trabalho, na Política e em todos os espaços sociais, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Ademais, não se deixa de atentar para os fatores de maior vulnerabilização da população dos (as) jovens negros (as) e da busca de estratégias para estímulo ao protagonismo juvenil no enfrentamento dessas problemáticas e na construção de soluções adequadas.

Nesse entendimento, buscou-se parceria com a Rede CUCA, tendo em vista que os principais locais onde esse público se reúne atualmente, são nos seus 3 (três) Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs), nos bairros do Jangurussu, Mondubim e Barra do Ceará, administrados pelo Instituto Cuca com o apoio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ) da Prefeitura de Fortaleza. Essa rede de proteção social e provimento de oportunidades, prioritariamente destinada a adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, oferta cursos, formações e atividades que fortalecem o protagonismo da juventude e promovem os direitos humanos.

A Rede CUCA, constituída pelos 3 (três) equipamentos supracitados, oferece espaços e oportunidades para a prática de esportes (piscina, quadra de futsal/*handball*/basquete, pista de *skate*, quadra de vôlei, tatame para *muay tai*,

judô, dentre outras modalidades), leitura na biblioteca, oficinas de teatro, dança, audiovisual e outros cursos profissionalizantes, e muitas atividades culturais.

O projeto leva em consideração, ainda, o conceito de segurança cidadã do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e nessa linha, incorpora as orientações inclusivas e democráticas da Constituição Brasileira (1988) e seus desdobramentos nas competências, princípios e prioridades locais do Município de Fortaleza, elencadas na Lei Orgânica do Município - LOM (2017), no que concerne aos (às) adolescentes e jovens aqui estudados, conforme a seguir:

Art. 8º- Compete ao Município:

(...)

XXI – Criar mecanismos que combatam a discriminação à mulher, à criança e ao adolescente em situação de risco, às pessoas portadoras de deficiência e de doenças contagiosas, obesos mórbidos, ao homossexual, ao idoso, ao índio, ao negro, ao ex-detento e promovam a igualdade entre cidadãos.

(...)

Art. 11º- É dever do Poder Municipal, em cooperação com a União, o Estado e com outros Municípios, assegurar a todos o exercício dos direitos individuais, coletivos, difusos e sociais estabelecidos pela Constituição da República e pela Constituição Estadual, e daqueles inerentes às condições de vida na cidade, inseridos nas competências municipais específicas, em especial no que respeita a:

(...)

Parágrafo único- A criança e o adolescente são considerados prioridade absoluta do Município.

(...)

Art. 270º - A educação municipal desenvolver-se-á mediante os seguintes princípios:

(...)

IV – crença na capacidade de todas as pessoas de aprender, se desenvolver e interferir nas formas de organização social;

V – reconhecimento dos valores de igualdade, liberdade e solidariedade;

VII – reconhecimento de que a educação é integral e integrada, construída socialmente, e de que se dá nas diferentes dimensões do desenvolvimento humano, sob diversas linguagens (...) (FORTALEZA, 2017)

A partir dessa leitura, foram iniciados os primeiros trabalhos para o diagnóstico da situação de violência entre e contra jovens, homens e mulheres, em bairros da periferia da cidade, e de como ações de educação/formação poderiam contribuir para mitigação desse grave problema.

CONTEXTO / JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

A definição do respectivo projeto de intervenção leva em conta a relevância da temática para a cidade que é considerada, pelo Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2017) como a capital brasileira mais violenta em números de Homicídios e Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI), com 66,7 e 11,4 mortes, respectivamente, totalizando taxa de 78,1 por 100 mil habitantes em 2015, último ano de referência da pesquisa.

Também, no intuito de contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos de execução do Planejamento Estratégico de longo prazo da cidade de Fortaleza, denominado **PLANO FORTALEZA 2040** e seus sub planos de **SEGURANÇA CIDADÃ E CULTURA DE PAZ**, de **IGUALDADE RACIAL**, de **JUVENTUDE** e de **MULHERES**, que têm suas ações e metas correlacionadas coerentemente (levadas em consideração as necessidades locais) com as ações e metas descritas nos dispositivos supracitados da ONU.

Ainda, conforme preceitua **Sen (2000)** em sua obra "**Desenvolvimento como Liberdade**" em que prediz que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, **a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social**, como por exemplo, a **ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais.** Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de **restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.** (SEN, 2000, p. 18, grifo nosso)

Perfazendo-se uma breve análise do trecho supramencionado, principalmente os destaques em negrito, verifica-se possibilidades de estabelecer

uma estreita relação com o contexto de vida dos jovens nas comunidades periféricas de Fortaleza, aqui alvo deste Projeto de Intervenção.

A partir de então, percebe-se necessário e objetiva-se oferecer à população de juventude em situação de maior vulnerabilidade social à violência, oportunidades de aprendizado sobre os dispositivos/instrumentos legais e rede de apoio social/institucional para seu pleno desenvolvimento, além de propiciar a interação e integração salutar entre jovens (meninas e meninos de 16 a 29 anos) com base em princípios da **convivência cidadã e cultura de paz, direitos humanos, respeito mútuo, cooperação para o pleno desenvolvimento humano, para exercício de suas liberdades individuais e conquistas sociais.**

Dessa maneira, vislumbra-se a possibilidade de contribuir com a prevenção de muitas formas de violência, pelo trabalho da transversalidade da mediação de conflitos, Agenda 2030, ODS e ações da ONU supramencionadas, no intuito de informar, sensibilizar e formar jovens (meninos e meninas) empoderados e promotores da paz e da justiça, para atuação preventiva, pelo menos, no âmbito de suas famílias e comunidades.

No raciocínio de por quê e como formular um problema para ser pesquisado, e trabalhado, cientificamente, Gil (2002, pags. 24-26) aponta que:

(...) o problema de pesquisa pode ser determinado por **razões de ordem prática ou de ordem intelectual**. Inúmeras razões de ordem prática podem conduzir a formulação de problemas. Pode-se formular um problema cuja resposta seja importante para **subsidiar uma ação**. Os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores. Os mais importantes são: os **valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais**. (...)
 Formular um problema científico não constitui tarefa fácil. (...)
 Por se vincular estreitamente ao processo criativo a formulação de um problema não se faz mediante a observação de procedimentos rígidos e sistemáticos. No entanto existem algumas condições que facilitam essa tarefa, tais como: **imersão sistemática no objeto, estudo da literatura existente e discussão com pessoas que acumulam experiência prática no campo de estudo**. (GIL, 2002, pags. 24-26, grifo nosso).

Já Medeiros (2007) afirma que o problema precisa ser apresentado no formato de uma questão interrogatória, incisiva, clara, que suscite uma solução viável pela pesquisa e salienta que a "(...) formulação de um problema é posterior à revisão da literatura e da reflexão pessoal" (MEDEIROS, 2007, p. 246).

Assim, seguindo as orientações supracitadas, principalmente as grifadas em negrito, definiu-se a problematização em detalhes conforme segue:

INÍCIO DO DIAGNÓSTICO COM DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	
PERGUNTA INICIAL	- Como contribuir de maneira preventiva para a redução dos altos índices de violência entre jovens do sexo masculino e contra jovens do sexo feminino, no entorno dos 3 Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCAs), assistidos pela Prefeitura de Fortaleza, nos bairros Jangurussu, Mondubim e Barra do Ceará?
IMPACTO NEGATIVO	- Crescente incidência de violência (homicídios) entre os jovens e contra os jovens.
PROBLEMA-CHAVE	- Insuficiência de ações do poder público municipal para prevenção de violência entre jovens.
CAUSA	- Existência de cultura de violência acentuada nos bairros supracitados, pari passu à defasagem de ações preventivas municipais.
DESCRITORES	- De acordo com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), em 2017 houve aumento de 91% nos assassinatos de adolescentes, sendo que pelo recorte de gênero feminino saltou 196%, em Fortaleza.

TABELA 01 - Detalhes da problematização da Pesquisa e Projeto de Intervenção

FONTE: Pesquisa do autor, 2019

LOCALIZAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

A aplicação do Plano de Intervenção se localizará, como anteriormente citado, nas áreas geográficas do entorno dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCAs), mais especificamente utilizando-se dos espaços físicos (instalações) desses equipamentos públicos municipais, a saber:

- No bairro do **Jangurussu**, beneficiando as adjacências e perfazendo-se nas instalações, ilustradas na **Figura 01** e **Tabela 01**, respectivamente, conforme abaixo:

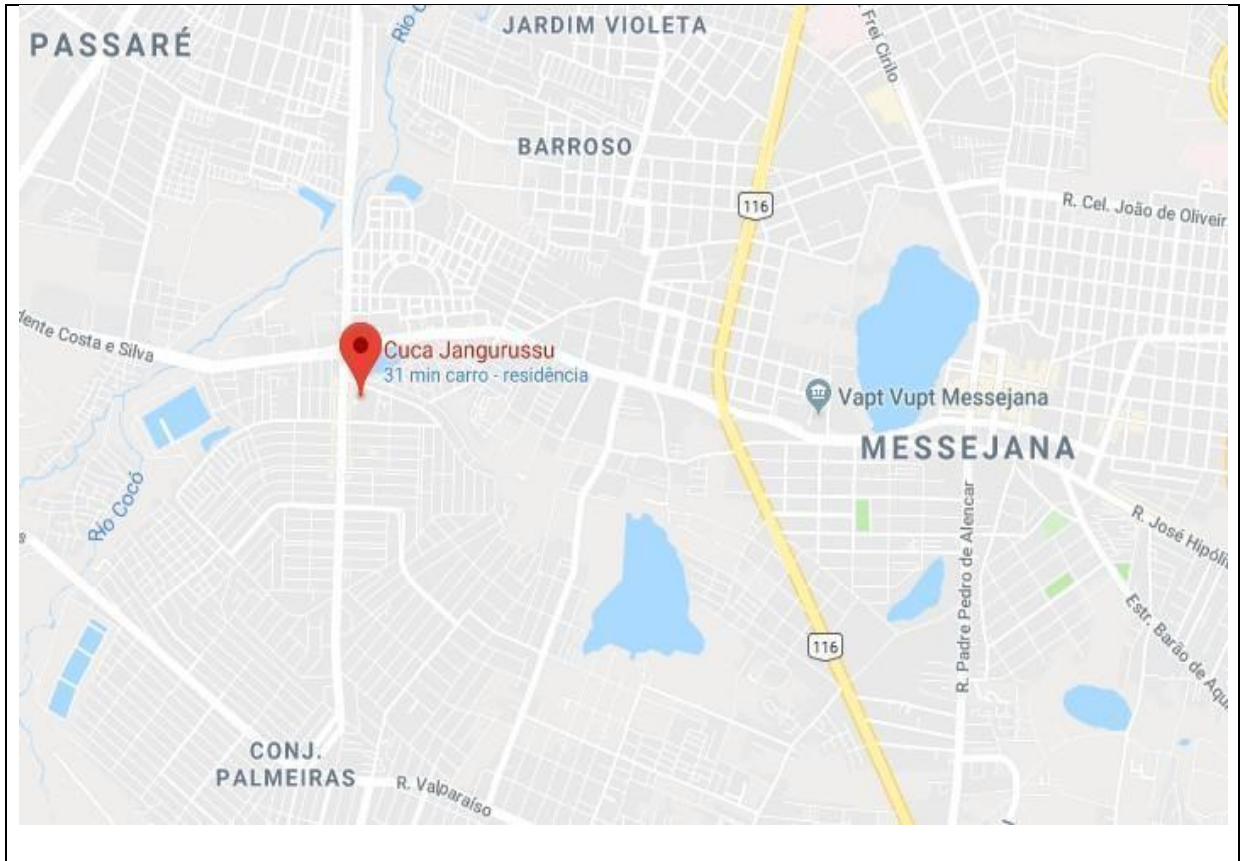


FIGURA 01 - Mapa dos bairros do entorno do CUCA Jangurussu (Fortaleza-CE)
FONTE: Google Maps, 2019



TABELA 02 - Fotos do CUCA Jangurussu
FONTE: Acervo do autor, 2019

- No bairro do **Mondubim**, beneficiando as adjacências e perfazendo-se nas instalações, ilustradas na **Figura 02** e **Tabela 02**, respectivamente, conforme abaixo:

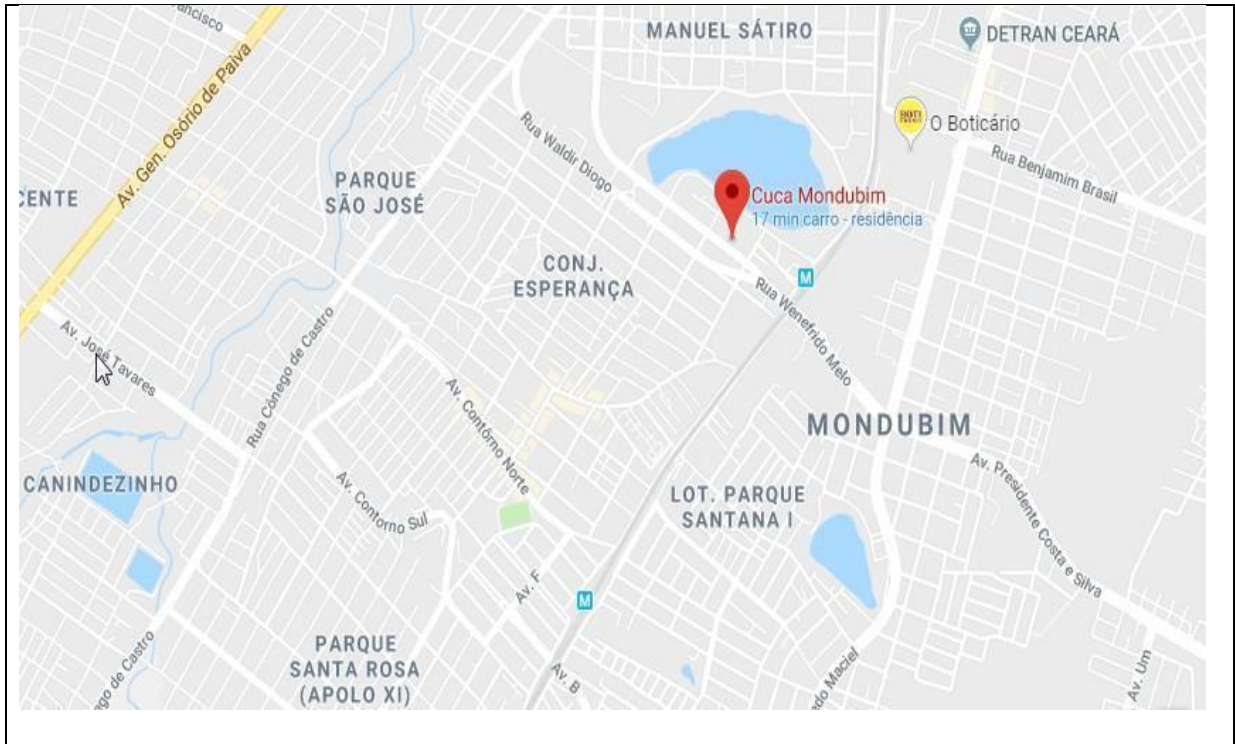


FIGURA 02 - Mapa dos bairros do entorno do CUCA Mondubim (Fortaleza-CE)
FONTE: Google Maps, 2019

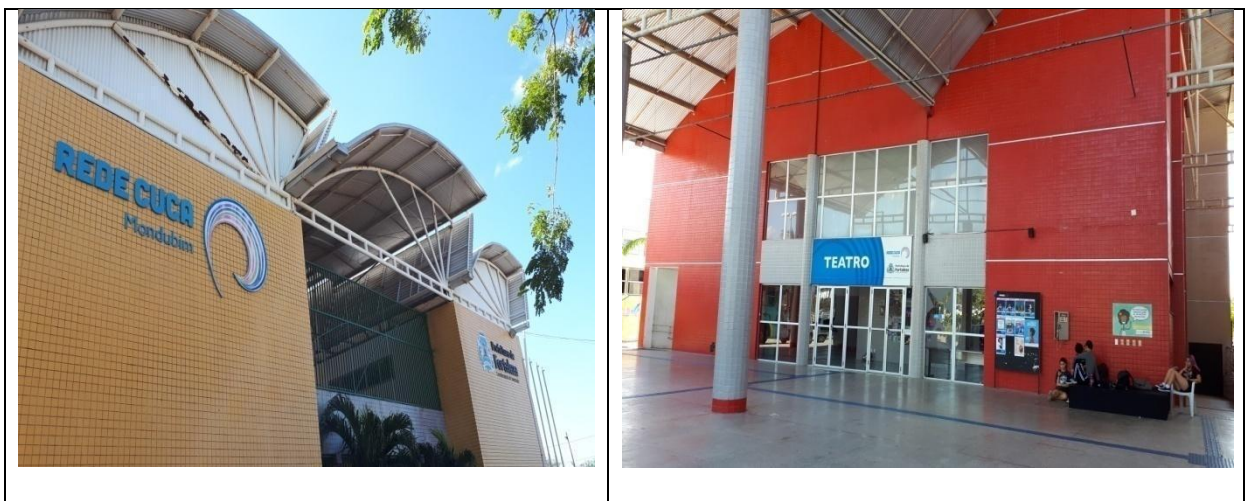


TABELA 03 - Fotos do CUCA Mondubim
FONTE: Acervo do autor, 2019

- No bairro da **Barra do Ceará**, beneficiando as adjacências e perfazendo-se nas instalações, ilustradas na **Figura 03** e **Tabela 03**, respectivamente, conforme abaixo:

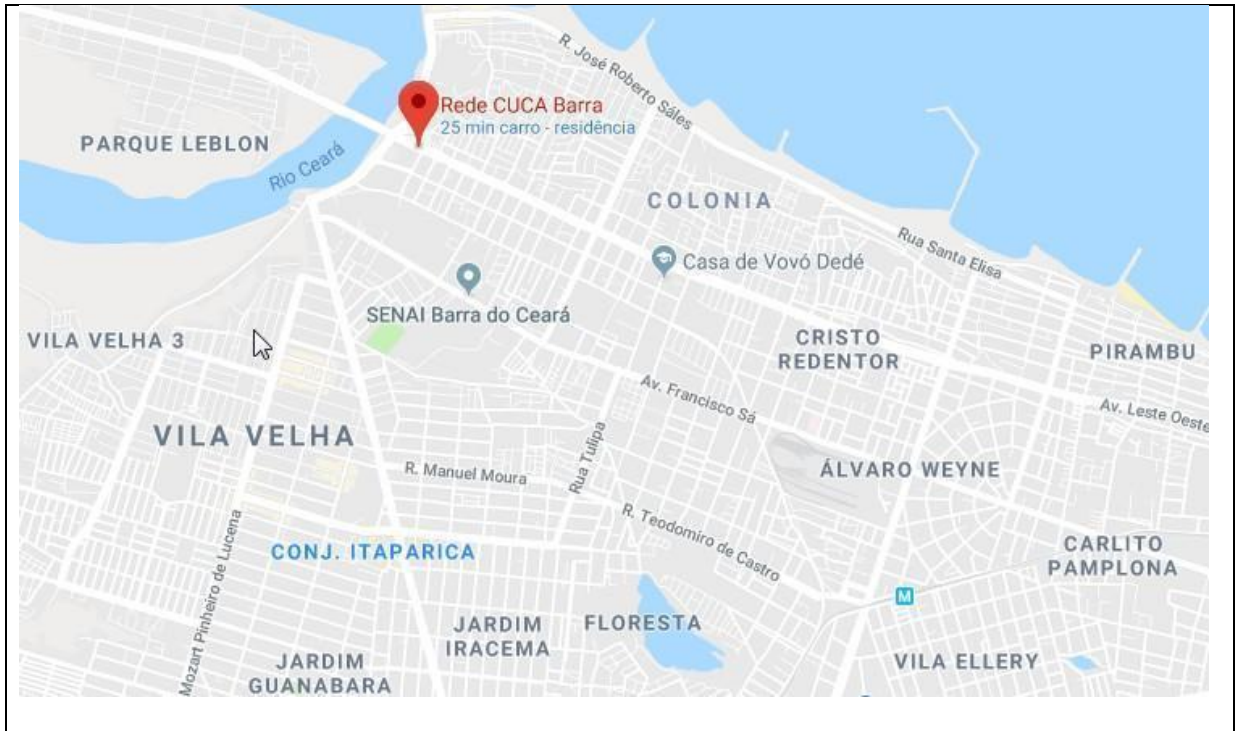


FIGURA 03 - Mapa dos bairros do entorno do CUCA Barra (Fortaleza-CE)
FONTE: Google Maps, 2019



TABELA 04 - Fotos do CUCA Barra
FONTE: Acervo do autor, 2019

PÚBLICO-ALVO

O projeto visa beneficiar jovens de ambos os sexos assistidos nos 3 (três) Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCAs), nos bairros do Jangurussu, Mondubim e Barra do Ceará, no âmbito da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (futura parceira do projeto) no âmbito da Prefeitura de Fortaleza.

INSTITUIÇÃO/UNIDADE GESTORA

Pretende-se que o projeto seja gerido a partir de uma ação de parceria entre a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, os gestores locais de cada CUCA e a Guarda Municipal de Fortaleza (órgão de origem do proponente desse projeto e que tem, por excelência, expertise na área de segurança pública cidadã em âmbito local do município).

2 OBJETIVOS (PROPOSTA DE INTERVENÇÃO)

2.1 Objetivo geral:

Propor ações que possam contribuir de maneira preventiva para a redução dos altos índices de violência entre jovens do sexo masculino e contra jovens do sexo feminino, no entorno dos 3 Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCAs), assistidos pela Prefeitura de Fortaleza, nos bairros Jangurussu, Mondubim e Barra do Ceará.

OBSERVAÇÃO: Pretende-se formar jovens de ambos os sexos para promoção de uma cultura de paz e prevenção da violência, tanto entre jovens do sexo masculino, quanto deles para com as jovens do sexo feminino, prevenindo também a violência de gênero, estimulando o respeito mútuo e o trabalho cooperativo para fortalecimento da democracia.

2.2 Objetivos específicos:

2.2.1 Ministrará palestras informativas sobre as redes de apoio sociais e estatais locais a serem acessadas para ajudar na resolução de conflitos e para prevenção de seu agravamento;

2.2.2 Promover ações de sensibilização sobre as orientações e uso de instrumentos da Organização das Nações Unidas, através de suas diversas campanhas para construção de uma cultura de paz, convivência cidadã, promoção da igualdade de gênero e fortalecimento dos meios democráticos de resolução de conflitos na sociedade;

2.2.3 Ministrará palestras de conscientização dos jovens, principalmente os do sexo masculino, sobre a noção de respeito pelo outro, seja pelos iguais ou diferentes;

2.2.4 Promover ações de estímulo ao empoderamento feminino, contribuindo para que as jovens desenvolvam autonomia, sejam estimuladas a não aceitarem violência e desenvolvam o protagonismo em diversos aspectos de sua vida;

2.2.5 Promover o diálogo e trabalho conjunto entre os diferentes, principalmente na perspectiva de gênero, mas não somente, no sentido de estimular atitudes inclusivas e democráticas.

OBSERVAÇÃO: As ações para o alcance dos objetivos específicos (acima descritos) estão melhor detalhadas no **APÊNDICE A - EMENTA - CURSO INTEGRATIVO - Agenda Jovem 2030: Paz, Justiça e Segurança para tod@s**, disposto ao final deste projeto.

3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

De acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2007, p. 14) sobre a conceituação de metodologia de pesquisa, entende-se por metodologia:

(...) o caminho do pensamento e a **prática exercida na abordagem da realidade**. Ou seja, metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (**o método**), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (**as técnicas**) e a criatividade do pesquisador (**sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade**). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (...) (DESLANDES, GOMES E MINAYO, 2007, p. 14, grifo nosso)

E complementa Medeiros (2007, pags. 42-43) que, em matéria de rigor lógico:

A realização de pesquisa científica exige a utilização de métodos que são classificados em dedutivo e indutivo.

O raciocínio dedutivo parte de enunciados gerais dispostos em ordem, como **premissas de um raciocínio para chegar a uma conclusão particular** (...)

Já o método indutivo é um raciocínio em que, **de fatos particulares, se tira uma conclusão genérica**. (...) (MEDEIROS, 2007, p. 42, grifo nosso)

E continua, sobre procedimento:

Modernamente, fala-se em dois outros métodos: o hipotético-dedutivo e o dialético. Esses dizem respeito ao raciocínio utilizado. Outros métodos, diretamente relacionados com as etapas do trabalho, são conhecidos como de procedimentos, e subdividem-se em **histórico, comparativo e estatístico**. Assim, enquanto o método histórico busca nos acontecimentos passados explicações, causas para a ocorrência de determinados fatos, o comparativo visa explicar semelhanças e dessemelhanças por meio de observações de duas épocas, ou dois fatos. Já o método estatístico vale-se das probabilidades da teoria estatística para explicar a realidade. O **estudo de caso**, ou método monográfico, é outro método utilizado na pesquisa científica. Parte de acontecimentos particulares (empresas, instituições, grupos sociais) para obter generalizações. Finalmente, fala-se em **método estruturalista** que, partindo de observações concretas, chega a uma nível abstrato da realidade e, depois, retorna a realidade para compreendê-la, ou seja, o método parte do concreto, chega ao abstrato (estrutura ou fase em que obtém um modelo para a explicação da realidade) e retorna ao concreto. (MEDEIROS, 2007, pags. 43-44, grifo nosso)

Pela complexidade do tema aqui abordado, conforme se torna claro na revisão da literatura, no tratamento da "violência" e "juventude" multifacetadas, suscitando um olhar demasiado crítico e multidisciplinar, far-se-á uso de um misto de todas essas abordagens de métodos e procedimentos, supra-destacados em negrito.

Sobre os aspectos metodológicos, propriamente ditos, para a coleta de dados que subsidiaram essa proposta de intervenção, foram realizadas pesquisas documentais e exploratórias, de cunho primário e secundários, a saber:

- análise de dados secundários de diagnóstico da contextualização da violência entre jovens, por meio de consultas aos relatórios de pesquisa descritivos e de recomendações do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, bem como do Planejamento Estratégico de longo do município de Fortaleza, o "Plano Fortaleza 2040", com destaque para seus subplanos estratégicos de "Cultura de Paz e Segurança Cidadã", "Mulheres", "Igualdade Racial" e "Juventude", assim como do "Atlas da Violência", no que concerne ao recorte da violência juvenil, e as campanhas da organização das Nações Unidas, principalmente "Vidas Negras" e "Eles por Elas", também com seu diagnóstico e recomendações, dentre outras publicações;

- análise de dados primários, em pesquisas exploratórias, por meio de visitas *in loco* aos 3 Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCAs), procedendo-se conversas informais com jovens e com gestores dos equipamentos para se perceber a problemática da dinâmica de violência local nos bairros do entorno dos respectivos centros e sua demanda por formação na temática da prevenção da violência, formação para a cidadania, estímulo ao protagonismo juvenil e promoção dos direitos humanos, e igualdade de gênero, em especial.

Nessas visitas aos equipamentos, procedeu-se a registros de informações em áudio e em fotografias.

Diante das ações expostas verificou-se a relevância de dar prosseguimento a esta proposta de intervenção.

4 MARCO TÉCNICO E TEÓRICO (REVISÃO DA LITERATURA)

A partir do diagnóstico inicial construído com subsídio nos procedimentos metodológicos de leitura e pesquisa exploratória que embasaram esta proposta de intervenção, percebeu-se a pertinência de relacioná-la estreitamente com a **Agenda 2030** da Organização das Nações Unidas, mais especificamente ao alcance de algumas metas dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, **04 - Educação de Qualidade**, **05 - Igualdade de Gênero**, **10 - Redução das Desigualdades**, **11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis** e **16 - Paz, Justiça e instituições eficazes**, conforme Nações Unidas Brasil (2019), quais sejam, transcritos nas **tabelas 01, 02, 03, 04 e 05**, a seguir:

OBJETIVO 04 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos:

Meta 4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

Meta 4.7- Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

TABELA 05 - Metas do ODS 04 que norteiam o projeto

FONTE: Dados pesquisa do autor, 2019

OBJETIVO 05 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas:

Meta 5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

Meta 5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

Meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

Meta 5.c - adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

TABELA 06 - Metas do ODS 05 que norteiam o projeto

FONTE: Dados pesquisa do autor, 2019

OBJETIVO 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles:

Meta 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

Meta 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

TABELA 07 - Metas do ODS 10 que norteiam o projeto

FONTE: Dados pesquisa do autor, 2019

OBJETIVO 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis:

Meta 11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

Meta 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

TABELA 08 - Metas do ODS 11 que norteiam o projeto

FONTE: Dados pesquisa do autor, 2019

OBJETIVO 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis:

Meta 16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;

Meta 16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;

Meta 16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;

Meta 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

Meta 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

Meta 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

Meta 16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

TABELA 09 - Metas do ODS 16 que norteiam o projeto

FONTE: Dados pesquisa do autor, 2019

Outro importante referencial consultado para este trabalho são as orientações de um projeto de destaque nacional na promoção ao protagonismo juvenil, que foi um dos finalistas do Prêmio MuniCiência, Edição 2017-2018, promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em seu **Guia de Replicação** de experiências inovadoras em gestão municipal, que conta uma prática de excelência do município de Gurjão/Paraíba. Nessa publicação tornam-se espelho diretriz os exemplos de dificuldades que se pode evitar para uma melhor execução de projetos com jovens, a saber, destaca-se as grifadas abaixo:

A AÇÃO TERÁ MAIOR POSSIBILIDADE DE DAR CERTO SE: **1. For traçado um perfil da população jovem da cidade, suas características sociais, econômicas, intelectuais, suas expectativas.** **2. Existir a intenção de levar adiante um processo participativo, ouvindo dos jovens suas necessidades e anseios para construir o programa** **3. As bases mais amplas do programa forem suficientemente elásticas para contemplar componentes diversificados.** 4. Os responsáveis pelo programa tiverem muito claras as demandas do público que pretendem atingir e, a partir daí, os resultados que pretendem alcançar. No caso de Gurjão, o objetivo era claro: estimular o protagonismo juvenil e tudo aquilo que daí decorresse. **5. Mostrar aos jovens em situação de risco que existem caminhos e que eles dependem principalmente da educação.** 6. A equipe gestora estiver preparada para trabalhar com a informalidade, a desburocratização do processo de ensino/aprendizagem e até mesmo o risco da descontinuidade e sucessivas retomadas. 7. Houver a intenção clara de fazer com que a juventude se sinta bem dentro de sua cidade, interagindo inclusive com a gestão. **8. Houver disposição de buscar o jovem onde quer que ele esteja: na escola, na rua, na Igreja, em qualquer ponto de reunião.** 9. Inserir o programa na dotação orçamentária do Município, para garantir sua continuidade e transformar o programa em uma política pública, garantindo recursos para a implementação continuada. 10. **Considerar que a ocupação dos jovens – em cursos ou no trabalho – resolve a ociosidade não criativa e potencialmente perigosa.** 11. Puder contar com uma ouvidoria, que exerce um papel importantíssimo na detecção de desejos dos jovens. Essa sugestão partiu de uma das técnicas do projeto e leva em conta sua experiência na iniciativa privada. **12. Acreditar que uma política pública para a juventude é a única maneira de transformar o jovem em ator do seu futuro.** Segundo o prefeito da cidade em que a iniciativa premiada se deu, **“O amanhã no seu Município será melhor se você capacitar sua juventude”**. 13. Não ter medo de iniciar o projeto. Segundo o prefeito Ronaldo Ramos de Queiroz, **“O desafio maior do programa é iniciar. Eu aconselho que o gestor inicie o programa, tendo em mente que estamos frente a uma iniciativa cuja dinâmica sofre alterações todos os dias.”** (PROGRAMA DE PROTAGONISMO JUVENIL, pags. 44-46, 2019, grifo nosso)

O aprendizado com boas práticas, faz-se sempre pertinente, levar em conta as dicas de quem já fez, já tirou lições dos erros e acertos, enriquece o trabalho, minimiza as possibilidades de reveses e aumenta as chances de êxito.

Também um documento basilar para este projeto é a Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988), mais precisamente em seu artigo 227, com a nova redação da Emenda Constitucional nº 65 do ano de 2010, conforme abaixo:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do **Estado assegurar** à criança, ao **adolescente e ao jovem**, com absoluta **prioridade**, o **direito** à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à **dignidade**, ao **respeito**, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a **salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão**. (CF, 1988, p.132, grifo nosso)

No supracitado trecho vê-se em negrito palavras-chave que inspiram este projeto, por exemplo, "Estado assegurar", aqui entendido pelo ente municipal, ao "adolescente e jovem" público alvo do projeto de intervenção, com absoluta "prioridade", o "direito" a "educação", a "dignidade", ao "respeito", a "convivência familiar e comunitária", e postos a "salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade e opressão", todos esses elementos que pretende-se trabalhar dentro do curso.

Da mesma forma, normas que derivaram da Carta Magna, como a Lei Especial 12.852 de 2013, mais conhecida como o Estatuto da Juventude, que prevê em sua Seção XI o **Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça** e vem especificando em seu artigo 37 que "Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental" ainda "sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social."

Procedendo-se a análise mais apurada deste último trecho do artigo 37, encontram-se mais duas importantes mensagens chave, quais sejam, a garantia de "igualdade de oportunidades", seja para ricos, pobres e/ou miseráveis, seja para jovens do gênero masculino ou feminino, e "para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social", aspectos estes que se pretende muito trabalhar no âmbito deste projeto.

No prosseguimento da análise do respectivo estatuto, chegamos ao artigo 38, que preceitua que "As políticas de segurança pública voltadas para os jovens deverão articular ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios e ações não governamentais**" (grifo nosso), levando-se em consideração as seguintes diretrizes:

I – a integração com as demais políticas voltadas à juventude; II – a prevenção e enfrentamento da violência; III – a promoção de estudos e pesquisas e a obtenção de estatísticas e informações relevantes para subsidiar as ações de segurança pública e permitir a avaliação periódica dos impactos das políticas públicas quanto às causas, às consequências e à frequência da violência contra os jovens; **IV – a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional;**
 (...)
 (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013, p. 33, grifo nosso)

O respectivo projeto se realizará por meio de um curso que será ministrado em espaços públicos da Prefeitura de Fortaleza, que são os CUCAs, administrados por uma organização não governamental, que é o Instituto CUCA, parceiro da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), conforme preceitua o supracitado artigo 37 sobre a necessidade de articulação de ações do ente municipal com "ações não governamentais", e vai além, trabalhando aspectos da prevenção da violência, e da priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

Nesse diapasão, faz-se relevante frisar o conceito de "vulnerabilidade social" que, de acordo com Ayres (1999), está relacionado originalmente à temática de Direitos Humanos, referindo-se diretamente à fragilidade política e/ou jurídica no aspecto da promoção da cidadania de pessoas ou coletivos, que no caso em questão pauta-se como critério para definição do público-alvo.

Ainda, segundo Adorno (2001), o termo "vulnerabilidade" está diretamente relacionado à exclusão socioeconômica, tendo como exemplos a quebra de vínculos sociais em geral, na família, trabalho e amigos, estando também intimamente relacionado a aspectos de "desigualdade social" que podem ser melhor entendidos, a partir da:

[...] idéia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, **uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais** (ADORNO, 2001, p. 12, grifo nosso)

Nesse sentido, Soares (2005, pags. 32-33) explanando sobre a vulnerabilidade dos jovens, enfatiza que:

(...) Os contornos gerais estão claros: sabemos que **o grupo mais vulnerável é jovem** e pobre, geralmente do sexo masculino, e representa o contingente sob maior risco de dois pontos de vista, passivo e ativo. Ou seja, quando dizemos "vulnerável" referimo-nos, simultaneamente à permeabilidade à mensagem sedutora do tráfico, que conduz esses jovens ao crime, e ao grau de exposição à violência, que concentra, nessa faixa etária e social, os maiores índices de vitimização letal. Além disso, o que dizemos sobre o tráfico de drogas e armas, enquanto fonte de atração e risco para a juventude, é extensivo ao crime, em geral. Ou seja, qualquer que seja o recorte, nos conduzirá ao mesmo grupo de risco, em sua dupla acepção. **Isso nos leva a concluir que uma política de segurança, cuja abordagem seja preferencialmente preventiva, deve privilegiar esse público-alvo e tem de fazê-lo nas dimensões material e simbólico-afetiva ou cultural-psicológica.** Em síntese, tem de fazê-lo promovendo o acolhimento desses jovens, isto é, reforçando-lhes a auto-estima e lhes proporcionando a imersão em linguagens e valores, experiências identitárias e demarcações referenciais, que lhes devolvam a esperança, a confiança no jogo da sociabilidade cidadã.

Havendo continuidade entre os atrativos do tráfico e aqueles do crime, em geral, por conta do fato de que sempre circulam nesses encontros da juventude com a transgressão, as armas e as identidades segmentares - quer dizer, os mesmos ícones da virilidade, do poder, da visibilidade social e do pertencimento grupal agonístico - , **a competição que o poder público deve encetar teria de apropriar-se desses ingredientes (o equivalente simbólico da arma e a experiência correspondente porém alternativa ao pertencimento social belicista), infundindo-lhes funções positivas.** (SOARES, 2005,pags. 32-33, grifo nosso)

O autor, na mesma obra, relaciona a "**vulnerabilidade e violência entre os jovens**", e a "**violência doméstica e de gênero**", como 2 (dois) dos 4 (quatro) maiores problemas da insegurança pública no País, o que se reflete e/ou é reflexo principalmente das grandes cidades como Fortaleza, e acrescenta que:

(...) além de reformas organizacionais na estrutura com a qual operam os governos - que constituem precondições importantes para que se viabilizem ações integradas -, **boas políticas de segurança municipais**, implicariam, basicamente, três pressupostos: (1) uma **nova abordagem da problemática da violência** criminal, que reconheça a diversidade de níveis de realidade que envolve (desde a **auto-estima, a dinâmica dos afetos, o universo imaginário e de valores e a construção identitária até as questões de aprendizado, acesso à escola, ao lazer, ao emprego, além das experiências familiares e comunitárias, de acolhimento, crise, estigmatização e rejeição**); (2) um novo sujeito da gestão pública sensível à complexidade descrita pela nova abordagem e apto a **implantar políticas multidimensionais ou multissetoriais**; (3) e uma **nova aliança com a sociedade**, marcada pela **transparência, participação e pela assunção de responsabilidades.** (SOARES, 2005, pags. 17-18, grifo nosso)

Desse ponto de partida e perfazendo-se o raciocínio de como as pesquisas/diagnósticos/ações públicas podem contribuir para a formatação de políticas públicas no subsídio de projetos de ação social mais assertivos, que favoreçam a resistência e estimulem ação para mudança social, depara-se com o documento "**Metodologia de Projetos de Pesquisa e Intervenção**" (HEILBORN et. al., 2011, p. 33), que fornece orientações substanciais, conforme a seguir:

Para elaborar um projeto de ação precisamos verificar, primeiramente, se o problema e a proposta atendem aos objetivos institucionais. Em caso positivo, os passos subsequentes são sensibilizar aqueles/as com o poder decisório e mobilizar órgãos e parceiros/as em potencial, sempre considerando a sustentabilidade política, técnica e financeira à realização do projeto.

O projeto de ação não requer o mesmo rigor que o projeto de pesquisa submetido a instituições e a agências de fomento de pesquisa acadêmica. No entanto, um bom projeto de ação exige o mesmo rigor no que se refere à articulação e à consistência entre seus marcos conceitual e lógico. É necessário que o/a pesquisador/a possua um bom conhecimento de seu problema, da população-alvo, das possíveis estratégias de intervenção, e de seus resultados e indicadores. (HEILBORN et. al., 2011, página 33)

E continua, orientando que para a elaboração de um projeto de ação, a primeira necessidade é a de definição de um marco conceitual que fundamente a construção do plano de trabalho, trazendo uma base teórica coerente em relação a tal proposta.

Nesse sentido, Touraine (1998) preceitua que as políticas públicas de juventude seriam mais assertivas se trabalhassem o desenvolvimento dos jovens na perspectiva de os estimularem a serem protagonistas na modificação do seu entorno social a partir de desenvolverem seus projetos pessoais.

Nesse contexto, apresenta-se aos (às) jovens o convite para aderir ao **Manifesto 2000** da UNESCO (1999), que trata de estimulá-los a reconhecerem sua cota de responsabilidade com o futuro da humanidade, para com as futuras gerações, e a se comprometerem com ações (pelo viés da sustentabilidade) para a paz, na sua vida cotidiana, na família, no trabalho, na comunidade, na sua cidade, região, país, enfim, em sua atuação no mundo.

O referido Manifesto os chama a assinar um compromisso onde cada um assume sua responsabilidade, *ipsis litteris*, conforme a seguir:

Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;

Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes;

Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;

Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, a difamação e a rejeição do outro;

Promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta;

Contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade. (UNESCO, 1999)

O supracitado documento busca promover a consciência e assunção de compromissos individuais com a construção da cultura de paz, não se tratando de mais um daqueles documentos genéricos para os governos, mas sim dirigido, direta e principalmente, ao público de jovens.

Conforme a UNESCO (1999), para fortalecer essa mensagem de incumbência da juventude para a promoção da paz, foram designados 100 jovens de diferentes lugares para serem símbolos globais da ação como "mensageiros da cultura de paz".

Esse feito buscou se somar e contribuir com os 8 eixos do Plano de Ação da Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz, em consonância com a UNESCO (2010), tais quais, a "Paz e Segurança Internacional", a "Comunicação Participativa e Livre Fluxo de Informações e Conhecimento", a "Participação Democrática", a "Economia Sustentável e Desenvolvimento Social", a "Compreensão mais Tolerância mais Solidariedade" e o "Compromisso com todos os Direitos Humanos, Equidade entre os Gêneros e Cultura de Paz por meio da Educação", estando todos esses intimamente relacionados aos propósitos deste trabalho de intervenção.

Também em consonância com a UNESCO (2010) busca-se apresentar e desenvolver, com e para os (as) jovens, alguns aspectos da "Cultura de Paz" e Pedagogia da Sobrevivência e Convivência", tais quais, a cooperação, o respeito e solidariedade, a problematização da "cultura do extermínio", a não transformação do conflito em confronto, os marcos da convivência, o papel da família, a responsabilidade dos meios de comunicação e do sistema educacional, a contextualização das dimensões política, econômica e cultural dominantes, a

necessidade do diálogo e do laicismo, a mestiçagem das culturas, a dimensão da esperança e felicidade, a consolidação da cidadania e da democracia a partir da mudança de interações e transformação de estruturas, a análise das distintas realidades, a concepção de paz positiva pela eliminação da violência estrutural e construção da justiça social, a avaliação de falhas no sistema de valores e da cidade como espaços pedagógicos, bem como a importância da democratização das relações interpessoais, entre outros pontos que emergem cotidianamente como necessidades sociais.

Cabe destacar que esses aspectos supramencionados precisam ser considerados na perspectiva de algumas dimensões universais e singulares das práticas culturais da juventude brasileira, com sua multissociabilidade, dissonâncias e mistura de gêneros, onde segundo hipóteses do IPEA (2016) o:

capital cultural e econômico influenciam as práticas, mas apenas se considerarmos as suas complexas inter-relações com as intencionalidades e estratégias que, individuais, são socialmente orientadas. Ademais, as influências não correspondem à ideia de determinismos mecânicos. As práticas culturais não dependem apenas do pertencimento a grupos socioeconômicos que, reduzidos a construtos estatísticos, permitem calcular as probabilidades de se ser mais ou menos praticante. Mas, dependem também das redes de sociabilidade, do vivido em espaços de interação social, o que é dado pela estrutura institucional distribuída no âmbito das cidades, dos eventos disponíveis, das ideologias e interesses que variam ao longo do tempo e nas trajetórias de vida. Nesse caso, as práticas dependem das institucionalidades, isto é, das possibilidades da oferta de bens e equipamentos culturais, e, especialmente, do acionamento de disposições genéricas e múltiplas que levam os indivíduos àqueles espaços de transmissão e socialização. (IPEA, 2016, p. 220)

Nesse entendimento, este projeto intenta acionar mecanismos de práticas culturais dos (as) jovens público-alvo desta ação, para estimular a conscientização de ação para a cultura de paz, equidade de gênero e aceitação da diferença para a convivência democrática em todos os âmbitos da vida humana (interpessoal, familiar, comunitária, laboral, etc.), que reverbere do nível local ao global.

Ainda nesse raciocínio do IPEA (2016) faz-se importante considerar sobre as ideias de democratização e democracia cultural, que:

A análise das práticas e consumos culturais envolve a formulação de dois conjuntos de assertivas a respeito das relações entre dimensões sociais, econômicas e culturais. O primeiro conjunto, legitimista, refere-se à associação de formas de capital, hierarquias de práticas (mais ou menos legítimas) e distribuições de capital simbólico (resultado de efeitos de

composição entre formas de capital econômico, cultural e social) no quadro das divisões sociais de classes. A síntese dessas relações explica as práticas culturais, isto é, como os indivíduos internalizam disposições práticas, quer dizer, disposição para agir, apreciar, julgar, valorizar, se associar com outros, entrar em conflito etc.

O segundo grupo de assertivas, pluralista, mostra como há desfasamentos estruturais, apontando as dissonâncias existentes entre as estruturas de capitais, a posição nas divisões sociais e as práticas individuais. Os indivíduos não acionam seus habitus ou as disposições para agir em todas as situações. Em primeiro lugar, pela razão de que essas situações não são tão estruturadas do ponto de vista subjetivo, uma vez que crenças e hierarquias de legitimidade são mais fluidas do que a da primeira descrição e os indivíduos não respondem às situações com os mesmos esquemas ou disposições. E em segundo lugar, porque tais situações também não são objetivas, ou pelo menos, deve-se dizer que a objetividade é vivida de diferentes formas, pois as instituições não socializam valores de forma homogênea e nem são capazes de uma totalização de valores e hierarquias sem trazer para as práticas grandes ambiguidades, opacidades e possibilidades. Ou seja, as condições de possibilidade são objetivas, mas abertas a inúmeras alternativas. (IPEA, 2016, pags. 224-225)

É relevante destacar, que se pretende apresentar aos jovens essa dimensão das múltiplas possibilidades de melhoria para sua vida, de diversas alternativas para lidar com o conflito com o outro, seja esse ser diferente em quaisquer aspectos físicos, de classe, de gênero, de estado psicológico, etc.

A abordagem metodológica para aplicação do curso proposto neste trabalho perpassa as principais características apresentadas por Belga, Silva e Sena (2017) sobre características de 7 (sete) programas de promoção da cultura de paz e prevenção da violência, que foram implementados no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, cidade de um porte socioeconômico e populacional semelhante à Fortaleza.

A partir da análise das ações dos supracitados programas, se construiu um quadro de referência de suas similaridades e diferenças, em itens como "objetivos", "público-alvo", existência ou não de "intersectorialidade" e "metodologia/abordagem", onde se destacam, pelo aspecto intersectorial:

- **primeiro**, um programa de ações para subsídio a escola sobre conceitos relativos a prevenção da violência;
- **segundo**, um outro para disseminação de informações e dotação de habilidades para os jovens viverem, sem drogas e sem violência, de maneira saudável (ambos dirigidos a professores, alunos e seus familiares), e;

- **terceiro**, um de ações preventivas para redução da incidência de homicídios dolosos em áreas de risco para criminalidade violenta, comprovada por indicadores (este dirigido aos moradores jovens dessas áreas, entre 12 e 24 anos).

O que é coincidente nesses 3 (três) exemplos de programas de ação é que eles fazem uso de palestras, oficinas e capacitações, em suas abordagens metodológicas, o que serve de inspiração para este projeto que enseja trabalhar com problemas, objetivos e público-alvo muito semelhantes, apesar de não exaurir as pretensões da presente proposta de intervenção.

Ainda, seguindo orientações conclusivas das autoras, busca-se não cair no equívoco de apenas tratar o jovem como "alvo" da política pública em execução, atentando somente para desestimulá-los a desenvolverem comportamentos de risco, como consumo de drogas e práticas delinquentes, mas sobretudo de reconhecê-los enquanto "agentes ativos", como protagonistas do enfrentamento da violência, da mudança de paradigmas, do fortalecimento da cultura do respeito à diversidade e aos direitos humanos, da resolução eficaz de todos os conflitos, e da construção permanente da democracia e da cidadania.

A ONU (2015) corrobora nesse entendimento, mais precisamente exemplificado pelo responsável de programa da área de prevenção do crime, do Escritório das Nações Unidas sobre Crimes e Drogas (UNODC), Nivio Nascimento, por ocasião do Workshop "Contribuição pública para a prevenção do crime e conscientização sobre justiça criminal - experiências e lições aprendidas". Ao analisar iniciativas de prevenção da violência juvenil, sentenciou que 'por isso, o jovem é o foco das ações de prevenção ao crime e à violência e deve ser visto como agente de mudança do seu próprio contexto'.

Também, segundo PNUD (2007, p. 147)

As violências relacionadas com os jovens devem ser analisadas no plural, uma vez que se trata de versões múltiplas de fenômenos que não admitem simplificações. Existem muitas expressões de violências (desde a violência doméstica e a sexual até a social e política, passando pelas violências que ocorrem nas instituições - como a escola e a família - e muitas outras esferas específicas) e também múltiplas juventudes, de acordo com os diferentes contextos sociais nos quais se "vive" a etapa juvenil (homens e mulheres, pobres e ricos, urbanos e rurais, estudantes e trabalhadores, negros e brancos, homossexuais e heterossexuais, etc.). Os jovens se relacionam com as violências na qualidade de vítimas e /ou perpetradores, segundo sejam receptores ou agentes de tais violências. Em ambas os casos, a presença juvenil é tão significativa quanto

preocupante, a tal ponto que se pode afirmar que os jovens são os principais receptores de violências e, ao mesmo tempo, protagonistas do uso da violência, como prática de relacionamento social em diversas esferas de sua vida cotidiana. (...) (PNUD, 2007, p. 147)

Ademais, pela supracitada perspectiva do conceito de segurança cidadã, levando em consideração que essa prevenção não deve ocorrer pelo entendimento de um viés determinista, mas, como já dito, por ações que visem modificar as relações sociais, atenta-se para contribuir com a mudança do tipo de protagonismo juvenil, saindo de um viés negativo de violências sofridas e infligidas, para um protagonismo agora positivo, de solidariedade para desenvolvimento humano, de reciprocidade na troca de benefícios mútuos e fortalecimento das relações democráticas, pacíficas e amistosas.

Para isso, veremos a seguir, dois conceitos que se entrelaçam o tempo todo, que são demasiadamente importantes, o de "empoderamento" e o de "cidadania". Aquele primeiro, extremamente relevante sobretudo para as questões de gênero. Assim, segundo Kleba e Wendausen (2009, p. 733):

O empoderamento é um termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. Nesse debate, o processo de empoderamento é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania. (...) (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.733)

Todavia, as autoras ressaltam que esse entendimento de separação em níveis, significa apenas um recurso didático-avaliativo, pois tudo acontece de forma interdependente, havendo dificuldade de distinção entre o que seja processo e o que seja resultado. Dessa forma, os espaços para a participação política são, na verdade, estruturas que mediam o processo de empoderamento, possibilitando a revisão de papéis, a produção de novos sentidos para a vida, a superação de conflitos e resignificação das relações sociais na vida cotidiana.

Nesse aspecto, a respeito do segundo termo, Souza (2014, pags.14-15) explana sobre os desafios para o fortalecimento e proteção da cidadania e afirma que:

A cidadania é um processo social e como tal não se adéqua a modelos restritos e sempre irá de encontro ao ideal, à utopia. O que é importante compreender são seus elementos fundamentais: a noção de garantia de direitos e participação democrática. Da mesma maneira, não há um caminho traçado para atingir a cidadania plena. O que existe são ideias, experiências e propostas.(...) (SOUZA, 2014, pags. 14-15).

E acrescenta, indo além, conectando o "fazer cidadania" à "participação e à "democracia", sentenciando que:

Atualmente, com o avanço tecnológico, as redes sociais e a ampliação de acesso à informação, o potencial para participação aumenta e muitas mudanças podem surgir a partir deste cenário. Não há um estágio preliminar ideal para se começar a participar e ou a ser democrático. Cidadania se aprende fazendo. (SOUZA, 2014, p. 15).

Costa (2018, p. 47) explanando sobre a conceituação de "cidadania" e seu exercício na sociedade contemporânea, a associa, genérica e historicamente, à relação dos indivíduos num referencial de espaço, de organização sociopolítica espacial, ou seja, a um território. Ela afirma que "Cidadania é o *status* daqueles que são membros de uma comunidade e são por ela reconhecidos. É, também, o conjunto de direitos e deveres que um indivíduo tem diante da sociedade da qual faz parte" e elenca ainda 3 (três) elementos que na sua visão marcam a concepção de cidadania enquanto identidade social e política, quais sejam: **a própria consciência de ter direitos e deveres, os vínculos de pertencimento e a agência para participação coletiva/política.**

Em consonância com a referida autora, este trabalho adota pilares orientativos para contribuir com a formação dos (as) jovens baseados nesses 3 (três) últimos elementos construtivos da sua identidade sociopolítica.

Ainda segundo a autora o exercício da cidadania está intrinsecamente conectado ao pleno desenvolvimento democrático e corroborando com esse entendimento, Aint (2013) salienta orientações do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH, 1999) para reforço das dimensões da educação em Direitos Humanos, onde orienta o destaque para se formar os sujeitos de direito, se reconhecer a pluralidade, se trabalhar o empoderamento daqueles (as) com histórico de pouca influência nas decisões coletivas e se estimular os processos

de transformação, mudanças sociais, rumo a uma sociedade plenamente **humana e democrática**. E que essa educação contribua para a construção de uma sociedade onde as diferenças tenham assunção positiva que implique no respeito dos direitos, no reconhecimento da dignidade, ou seja, da **cidadania**.

Nesse entendimento corrobora Piovezan (2004, p. 259) afirmando que:

Os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução, são fruto da nossa história, do nosso passado e do nosso presente a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. Realçam, sobretudo, a esperança de um horizonte moral, pautado pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória de nosso tempo. (PIOVESAN, 2004, p. 259)

Para aprofundar as questões atinentes, especificamente, à violência de gênero (uma das principais preocupações deste trabalho), que é mais comum no ambiente doméstico, cabe citar o PNUD (2007, p.10) onde aponta que:

Na violência doméstica se podem encontrar elementos de produção e reprodução da violência: portanto, ela representa umas das principais variáveis na solução ou redução do problema geral.

A família é a primeira referência que se tem sobre modelos de inter-relação na estrutura social. Nela se reproduzem perfeitamente as estruturas de poder provenientes de valores, normas, obrigações, responsabilidades que são aceitas espontaneamente e que carregam figuras de dominação e subordinação, com seus respectivos mecanismos de perpetuação, entre eles, a violência em qualquer uma de suas manifestações, isto é, física, psicológica, sexual, entre outras.

A violência contra crianças é, praticamente, uma variável que prenuncia a violência adulta. (PNUD, 2007, p. 10)

Em complemento, Souza (2004) aponta outro problema reprodutor de exclusão e violências, que ainda hoje é grave e sem total resolução, que é discriminação racial praticada em nossa sociedade, que atenta contra o direito à igualdade, à cidadania. Baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), comprova que os problemas relativos à educação têm sido responsáveis por grande parte da exclusão dos negros (as), sendo um dos motivos o fato de em geral as escolas públicas não terem um política pedagógica que favoreça a diversidade pluriétnica. E sentencia que:

(...) o ponto de partida para a luta contra o racismo e a discriminação deve se basear na ótica de que ninguém nasce racista. As pessoas nascem iguais e são portadoras dos mesmos direitos sociais, econômicos, políticos, e culturais; são portadoras dos mesmos direitos humanos. Porém, **tornam-se racistas nas famílias, na escola, na igreja, no trabalho, no contato com a mídia, enfim, em um processo de contaminação que atinge a toda a sociedade** (...) (SOUZA, 2004, p. 48, grifo nosso)

E a respeito da conscientização e ação para a cidadania, aponta que é preciso:

Ter a consciência da necessidade de se ter consciência, para buscar conhecer os direitos e de exigir o direito de ter direito, e **entender que essa consciência** não se compra, não se vende, não se barganha nem se acha na rua, ao contrário, **se constrói** - este é **o ponto mais alto da cidadania**. Os sujeitos são construídos no mesmo ambiente que vivem, convivem e produzem. Ser cidadão, ou cidadã, é **poder ter condições de romper as barreiras da ignorância** moral, espiritual, e intelectual. É ter a capacidade de pensar e refletir a vida política, econômica, cultural e social em que vive, local e globalmente. Ser capaz de adquirir, e ter sempre presente em si, uma consciência histórica, democrática e internacional, cuja plataforma seja o direito de igualdade de oportunidade, a tolerância, a solidariedade, o respeito, a paz e a justiça. (SOUZA, 2004, p. 50, grifo nosso)

Para problematizar esses tipos de violências na **convivência familiar e comunitária**, vale destacar alguns trechos de falas de 105 (cento e cinco) jovens da periferia de Fortaleza, cumpridores de medida socioeducativas, dentre eles, moradores do entorno e frequentadores dos CUCAs, compiladas na publicação "Vozes: O que pensam os/as adolescentes sobre o sistema socioeducativo, a prevenção ao ato infracional e sua responsabilização", pela Terre des Hommes (2016), onde apresenta-se, *ipsis litteris*, as seguintes falas:

'É tem uma tia minha que num quer eu dentro de casa. Eu num moro mais no meu pai não, eu moro com meu avo e todo dia ele da conselho pra mim'

Lorim, 16 anos

'Era pra eu ter tido a minha mãe, que eu nunca tive. Só tive a minha vó. A gente cresce meio assim revoltada, sabe?'

Maila, 15 anos

'Eu fiz isso tipo pra chamar atenção da minha família pra mim mesma, porque minha família tava virando as costas pra mim e eu não via que era isso que tava destruindo, isso que tava afastando mais ainda minha família. E eu disse a ela que se a minha mãe não parasse pra conversar, pra me dar atenção, pra me dar um abraço ou um beijo...isso maltrata muito. Foi na segunda vez que eu caí, eu disse 'mãe, eu não agüento mais, eu num agüento mais fica longe de você, longe da tua conversa, dos teus carinhos'. Ela disse que ia mudar. (...). Hoje em dia minha mãe me dá atenção, tá do meu lado pra tudo, ela diz 'ela é minha filha e não vou deixar ela de lado, eu não vou desistir dela'

Moreninha, 17 anos

'Eu me envolvi na vida do crime porque quando eu era mais pequena meu pai sempre batia na minha mãe, deixava olho dela roxo. Por isso eu não gostava do meu pai, ia pra cima dele. Tinha 7, 8 anos. Nenhuma filha gosta de vê a mãe apanhando'

Adriana, 16 anos

'Por que eles viram que tava morrendo muita gente inocente que não tinha nada haver e até mesmo pessoas que eles gostavam que morriam. Aí eles meio que se sentiram culpado disso e fizeram a paz. Agora tá melhor, agora nos tá podendo andar nos cantos que não podia, nós pode andar. Ah...e também num pode mais matar gente'

Tatiana, 15 anos

'Porque a paz que tá gerando agora. Não pode mais matar, não pode guerra contra bandido, só contra a polícia. Agora porque eles querem que o movimento cresça pro lado deles. Quem manda na paz é o chefe, né? O chefe da facção, e isso vale pro Brasil todo e tá chegando em fortaleza'

Malvado, 16 anos

'Porque na favela é muito difícil ter a paz, porque a violência hoje em dia tá levando a muita coisa ruim, a muita droga, muita criança morta, muito adolescente morto'

Alequina, 16 anos (TDH Brasil, 2016, pags. 33-38)

Numa breve análise dos supracitados depoimentos, extraem-se elementos comprobatórios da dura realidade em que vivem muitos dos jovens que adentram no mundo do crime, e depreende-se, em sintonia com o que apresentam autores anteriormente mencionados, que essas situações são favorecedoras da violência e criminalidade, exigindo-se ações preventivas de políticas públicas para sua resolução.

Vale a pena refletir com Rolim (2012, p. 45-46) quando afirma que a "agressividade existe em todos os lugares" e que "(...) qualquer pessoa tem esse potencial para agredir, o que as impede são os mecanismos psíquicos aprendidos e reforçados ao longo da vida pela educação recebida e vivência em família" e complementa que "nas Ciências Humanas, a oposição à agressividade é chamada de resiliência, que é um processo envolvendo a superação de dificuldades e adversidades individuais ou coletivas" e mostra um norte de por onde se pode começar a investir e atuar para a prevenção desses problemas. Para ele:

A escola é um ponto importante nessa tarefa de solucionar o problema da violência e delinquência de adolescentes e jovens e até mesmo em crianças, pois, como espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa dar garantias à qualidade da sua formação se integrar à comunidade a sua volta. Isso é comprovado nas estatísticas e nos indicadores sociais que apontam que as escolas, quando permanecem abertas aos finais de semana para uso da comunidade, conseguem, assim, quase eliminar o vandalismo em suas dependências. (ROLIM, 2012, p. 48).

Muitos jovens, da pesquisa supracitada, falaram de paz, de uma paz na sua comunidade que supostamente surgiu espontaneamente pela "consciência" dos que antes guerreavam no bairro, mas a construção da paz duradoura e legítima não se mostra tão simples assim. Nesse sentido, Guilherme e Everton (2013, p. 94) acrescentam que:

A paz não se restringe ao campo da teoria, a paz é ação global e local, interligadas e interdependentes. A identificação, o reconhecimento e a valorização das ações positivas por uma Cultura de Paz nas famílias, nas

escolas, nas comunidades e nos espaços de convivência social é um importante passo para alcance da paz local. (GUILHERME; EVERTON, 2013, p. 94)

Nesse aspecto da intrínseca relação das ações locais e globais, Faria (2008) fala de "ações culturais glocais" que se colocam a trabalhar mudanças estruturais, de linguagem e do imaginário das pessoas e coletivos, em se fazendo uso da "**pedagogia da convivência**" para deslegitimar as violências e apresentar alternativas para a convivência intercultural.

E Santos (2013, p. 120), no contexto dos direitos humanos e geração da paz, resume que:

Devemos saber que, apesar de todas as dificuldades e limitações que enfrentamos ao longo da história, é importante que nós, enquanto **cidadãos**, possamos nos unir socialmente e politicamente, sermos conscientes da importância da nossa atuação na vida civil, na comunidade e, inclusive, na nossa própria casa como **agentes transformadores da realidade**. Devemos nos comportar não apenas como simples merecedores de direitos, devemos ir além e buscar novos caminhos e soluções para os nossos problemas, acreditarmos que possuímos forças para lutar diante das situações. Devemos saber que cada um de nós pode fazer a diferença. (SANTOS, 2013, p. 120, grifo nosso),

Já Guimarães (2011), num breve histórico da tradição da educação para a paz, destaca que a **renovação pedagógica** nesse sentido teve início logo após a Primeira Guerra Mundial para tomarem posição sobre as questões de guerra, violência e paz após os horrores daquela primeira grande contenda global que mais tarde evoluiu, de acordo com a UNESCO, para uma compreensão de se formar capacidades e valores de senso crítico, responsabilidade cívica, criatividade, solidariedade e resolução de conflitos de forma não violenta, num viés de **responsabilização individual para a manutenção da paz**.

Não sendo a paz um espécie de vida ideal com toda a segurança garantida, mas um empenho constante em mantê-la, por meio da agência, da priorização da agenda do fazer a paz permanentemente.

Ainda sobre a necessidade de renovação pedagógica, Dimenstein (2004, p. 175) traz inúmeros questionamentos, analisando algumas novas práticas de cidadania, num projeto que buscava inovar pela experiência de reaprendizado pelas ruas de um bairro, numa nova concepção de um "bairro-escola" para transformar a realidade dos jovens, assim ele concluiu que:

Falar em princípios pedagógicos é fácil, difícil é executá-los nas escolas no geral e nas escolas públicas em particular, onde os professores tendem a ser desmotivados, sobrecarregados, atrelados a um currículo defasado. Não têm tempo nem estímulo para inovar. São vítimas de uma cultura do fracasso. (...) (DIMENSTEIN, 2004, p. 175)

E salienta que é preciso "fortalecer o que já existe, apostando nas riquezas comunitárias, o que exige exploração constante", que se deve-se ter foco em um espaço, ou seja, delimitar o território, além de "perseguir sempre as alianças nos seus mais variados níveis, todas ligadas pela noção de que jovens e crianças são agentes e beneficiárias dessas mudanças (...)" (DIMENSTEIN, 2004, p. 179).

Dimenstein (2004, p. 180) acrescenta que o ponto principal é juntar e ressignificar tudo, além de ser necessário:

(...) revitalizar sempre o espaço público em um efeito-demonstração de que uma nova cidade é possível através da educação. (...)

(...) **ênfatisar que a educação tem o papel de formar indivíduos autônomos e solidários. Pessoas responsáveis por si e pelos outros. E convencidos de que a escola é apenas uma fase do processo de aprendizagem e de que esse processo é algo pro resto da vida.** O principal capital de um país é seu capital humano, que só poderia prosperar com o conhecimento.

(...) treinar as lideranças comunitárias a desenvolver um olhar educativo, atenta às demandas do aprendizado permanente, da necessidade de considerar menos os conteúdos e mais a criatividade. (DIMENSTEIN, 2004, p. 180, grifo nosso)

Ainda, dialogando com Rolim, Guilherme e Everton, Faria, Guimarães, Santos e Dimenstein, a UNESCO (2017) traz para os jovens o "Programa de Ciências Humanas e Sociais" que visa consolidar princípios e valores universais, como da inclusão, da equidade de gênero e não discriminação, da solidariedade global e responsabilização na implementação da agenda do pós-2015. Essa proposta visa ao fortalecimento de iniciativas interdisciplinares, com orientação para resultados previamente existentes, no sentido de promover e ampliar a participação desse público, por meio da construção de uma parceria global contra todas as formas de discriminação, da moldagem de atitudes e comportamentos que levem à inclusão e ao enfrentamento da discriminação e da intolerância entre jovens (homens e mulheres) e para o desenvolvimento de ferramentas e fortalecimento das capacidades para assertividade na medição e avaliação dos progressos na consolidação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, arremata-se que:

Envolver a **juventude** é 'a agenda de desenvolvimento humano para a próxima década'. Em todo o mundo, jovens mulheres e homens comandam mudanças e clamam por respeito aos direitos e às liberdades fundamentais; melhores condições para si próprios e para suas comunidades; além de oportunidades para aprender, trabalhar e participar de decisões que os afetem. Ao mesmo tempo, devido à persistente crise, eles são confrontados com desafios que afetam aspectos importantes de suas vidas. Mais do nunca, agora é tempo de incrementar o investimento em pesquisa, políticas e programas para **criar um ambiente capacitador e com base em direitos, no qual a juventude pode prosperar**, exercer direitos, recuperar a esperança e ter um senso de comunidade, bem como se envolver como agentes sociais responsáveis e inovadores. (UNESCO, 2017).

5 ESCOPO

De acordo com as teorias sobre planejamento, gestão e gerenciamento de projetos, como por exemplo, as orientações de Menezes (2003), faz-se fundamental apresentar os projetos com alguns elementos descritivos/detalhadores, conforme mais adiante, destacando-se principalmente o detalhamento do escopo do projeto (com a EAP - Estrutura Analítica do Projeto), dos riscos, serviços, estimativa de tempo (cronograma), dentre outros pontos importantes.

5.1 ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO

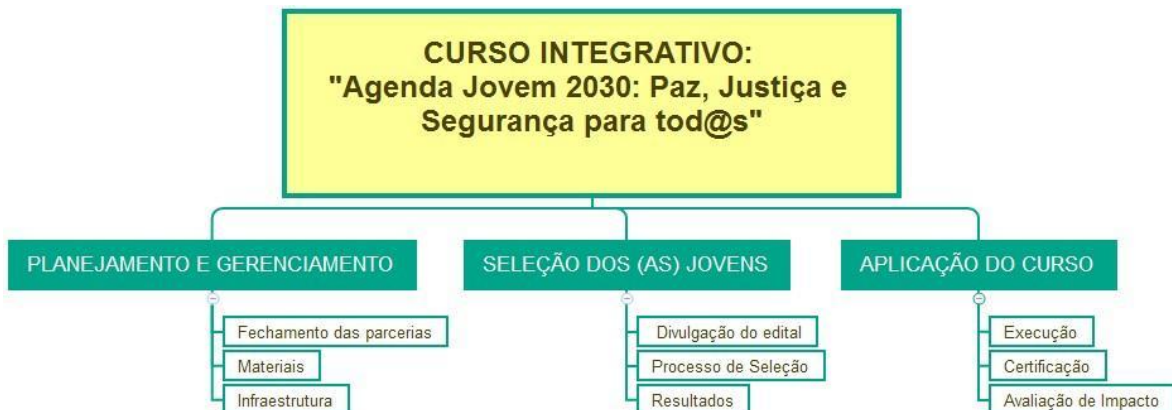


FIGURA 04 - Esquema com estrutura analítica do projeto do curso
FONTE: Planejamento do autor, 2019

5.2 NÃO ESCOPO

- Esta ação de intervenção não tem visão utópica de tentar resolver completamente o problema da violência, mas pretende contribuir com a construção de uma cultura de paz que ajude a mitigar a atual tendência de

crescimento da violência entre jovens, no viés dos homicídios juvenis e da violência contra as jovens mulheres, no que concerne, especificamente, a trajetória de vida dos jovens participantes do curso ora proposto;

- Da mesma forma, não se pretende perfazer uma manual/guia para ensinar os (as) jovens a se portarem, muito menos tentar censurar/disciplinar seu comportamento em geral, mas pretende-se estimular diálogos e busca de consensos que favoreçam a cooperação e o respeito recíproco;

- Ademais, não se intentará forçar a participação e continuidade de participação de nenhum jovem. Assim, apenas espera-se o cumprimento do compromisso do (a) jovem selecionado para participação em todas as atividades previstas e finalização do curso com aproveitamento.

6 RESTRIÇÕES

6.1 Internas:

- limitação de recursos financeiros para feitura dos materiais a serem utilizados, como apostilas, etc., além de gastos com logística de deslocamento, dentre outros;

- curto prazo para aplicação do projeto, levando em consideração uma maior dificuldade de conciliar a finalização da proposta de projeto e sua aplicação *in loco* com as outras obrigações laborais ordinárias, após término do período de afastamento para estudo em Brasília, posteriormente ao dia 26-04-2019.

6.2 Externas:

- maior ingerência política devido ao projeto necessitar de parceria com outro órgão;

- maior dificuldade, por exemplo, para definição precisa com antecedência, das datas de disponibilidade dos espaços a serem utilizados para o curso, como salas de aulas e/ou auditórios;

- maior dificuldade de conciliação do curso com agenda do órgão parceiro, tendo em vista a necessidade de acompanhamento de uma equipe de apoio do próprio órgão, e levando em consideração a agenda geralmente bem lotada deles.

7 PREMISSAS

- Espera-se que ocorra sem nenhum problema o preenchimento das vagas para se formar a turma com os 20 integrantes do público-alvo (10 garotos e 10 garotas), pois os CUCAs estão sempre lotados de jovens;
- Espera-se que os participantes sejam assíduos e pontuais na frequência do curso, visto que serão escolhidos a partir de um processo seletivo;
- Conta-se com o efetivo cumprimento do acordado com o principal parceiro, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude Fortaleza, no que concerne a disponibilização do espaço físico, bem como da conciliação do curso com os horários da sua programação mensal, nos CUCAs.

8 RISCOS

ID	RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO DE RESPOSTA
01	Pode ocorrer dificuldade do preenchimento das vagas para se formar a turma com o público-alvo, devido a existirem muitas outras atividades mais atrativas para jovens nos CUCAs, como esportes, artes, etc.	Baixa	Alto	Ampliar as ações de divulgação nas redes sociais e nas comunidades, por exemplo, com carros de alto falante, cartazes nos comércios, entrega de panfletos, visitas nas escolas e nas rádios comunitárias, dentre outras ações.
02	Pode ocorrer o esvaziamento (evasão) da turma ao longo do curso, visto que o público-alvo é com jovens da periferia mais pobre e violenta da cidade que são geralmente os que mais evadem da escola, portanto podem não estar propensos a assistir aulas	Média	Alto	Planejar as aulas para que sejam o máximo interativas /participativas possível, com jogos de aprendizado e ações lúdicas, com vídeos, além da oferta de kit de apoio e do lanche para garantir que não ficarão com fome durante as aulas, para que tenham um mínimo de conforto durante o transcorrer do curso.

03	Pode ocorrer dificuldade de aplicar o curso dentro do prazo e da forma planejada devido a ingerências políticas e possíveis demandas de adequação a necessidades específicas do órgão parceiro, bem como conciliação com sua agenda	Alta	Alto	Proposta de um Termo de Compromisso Mútuo de Cooperação para o Curso e permanente contato direto com o Coordenador Especial de Juventude e os demais servidores da respectiva Coordenadoria que executam as funções necessárias para a realização do curso, desde a reserva dos espaços, até a disponibilização dos materiais de apoio, dentre outras.
----	---	------	------	--

TABELA 10 - Levantamento dos riscos do projeto

FONTE: Planejamento do autor, 2019

9 PARTES INTERESSADAS

ESTRUTURA DE GESTÃO / GOVERNANÇA			
COORDENADOR DE JUVENTUDE DE FORTALEZA	DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL	GERENTE DO PROJETO E MINISTRANTE DO CURSO	JOVENS PARTICIPANTES
Responsável pelas autorizações de uso de espaço e colocação na programação mensal do CUCA	Responsável pela autorização da liberação do Gerente do Projeto e Ministrante do curso	Responsável por preparar todo o material, fazer as aquisições necessárias, elaboração do edital de seleção, avaliação das inscrições, ministrar as aulas, certificação dos concludentes e pelo contato com todas as demais partes interessadas	Responsáveis por efetuar sua inscrição, enviar documentação, verificar o resultado e frequentar as aulas com assiduidade, pontualidade e participação em todas as atividades propostas
Reporte semanal	Reporte semanal	Reporte diário	Reporte diário a partir do resultado da seleção

TABELA 11 - Estrutura com o elenco das partes interessadas e responsabilidades para o projeto

FONTE: Planejamento do autor, 2019

10 RECURSOS NECESSÁRIOS

10.1 EQUIPE DO PROJETO, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

NOME	PAPEL	RESPONSABILIDADES
Coordenador Especial de Juventude de Fortaleza	Apoiar/Autorizar	Responsável pela liberação dos espaços para se ministrar as aulas e colocação do curso na programação oficial do CUCA
Diretor Geral da Guarda Municipal de Fortaleza	Apoiar/Autorizar	Responsável pela liberação do servidor Roberto Nascimento (gerente do projeto e ministrante do curso)
Servidor da Guarda Municipal de Fortaleza	Gerenciar /Ministrar aulas	Responsável por preparar todo o material, fazer as aquisições necessárias, elaboração do edital de seleção, avaliação das inscrições, ministrar as aulas, certificação dos concludentes e pelo contato periódico com todas as demais partes interessadas

TABELA 12 - Nomes, papéis e responsabilidades dos membros da equipe do projeto

FONTE: Planejamento do autor, 2019

10.2 RECURSOS MATERIAIS

RECURSO	DESCRIÇÃO
Arte da apostila e certificado	Elaborar a capa da apostila, 1 (uma) logo para o curso, e o formato do certificado a ser impresso
Impressão das apostilas e dos certificados	Imprimir 20 (vinte) certificados e 20 (vinte) apostilas com até 30 (trinta) páginas cada
Encadernação das apostilas	Encadernar 20 (vinte) apostilas com até 30 (trinta) páginas cada
Kit com material de apoio aos alunos (as)	Adquirir materiais e montar 20 (vinte) kits com 1 (uma) caneta, 1 (um) bloco de notas e 1(uma) pasta pequena de papel para que os alunos possam fazer suas anotações
Coffee breaks	Contratar serviço de 9 (nove) coffee breaks, sendo 8 (oito) para os intervalos dos dias do curso e mais 1 (um) para o dia da certificação e cerimônia de encerramento

TABELA 13 - Detalhamento dos recursos materiais a serem utilizados

FONTE: Planejamento do autor, 2019

10.3 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE:			
Arte das apostilas e certificado	1 serviço	a R\$ 50,00* cada	Total sai R\$ 50,00*
Impressão (colorida) das apostilas	20 unidades	a R\$ 16,00 cada	Total sai R\$ 320,00*
Encadernação das apostilas	20 unidades	a R\$ 3,00 cada	Total sai R\$ 60,00*
Impressão de certificados coloridos	20 unidades	a R\$ 3,00 cada	Total sai R\$ 60,00*
Coffee breaks - salgados/bolos/sucos	9 serviços	a R\$ 100,00 cada	Total sai R\$ 900,00*
AQUISIÇÃO/COMPRA DE ITENS PARA MONTAGEM DE KITS COM MATERIAIS DE ESTUDO PARA OS ALUNOS:			
Canetas	20 unidades	a R\$ 1,00 cada	Total sai R\$ 20,00**
Blocos de nota	20 unidades	a R\$ 1,00 cada	Total sai R\$ 20,00**
Pastas	20 unidades	a R\$ 2,00 cada	Total sai R\$ 40,00**

TABELA 14 - Detalhamento das aquisições de materiais e contratações de serviços
 FONTE: Planejamento do autor, 2019

OBSERVAÇÃO:** Sendo 20 kits a R\$ 4,00 cada, totaliza-se R\$ 80,00*.

10.4 ORÇAMENTO

OBSERVAÇÃO 1 - A soma total dos valores totais parciais* (marcados com um asterisco), conforme Tabela 14 acima, são: R\$ 50,00 + R\$ 320,00 + R\$ 60,00 + R\$ 60,00 + R\$ 900,00 + R\$ 80,00 = **R\$ 1.470,00**, para o curso em cada CUCA.

OBSERVAÇÃO 2 - Para aplicação do curso nos 3 (três) CUCAs, triplica-se os itens da Tabela 14, totalizando **R\$ 4.410,00**.

OBSERVAÇÃO 3: Ressalta-se sobre os itens supracitados "10.3" e "10.4" que descreve-se apenas estimativas do que seriam os gastos em reais com a contratação dos serviços e compras/aquisições de produtos, caso se faça necessário essa informação para fins contábeis. Porém, na prática, devido a já haver uma abertura para o curso com a CEPPJ, não será necessário um orçamento a parte/específico, visto que a respectiva Coordenadoria já realiza apoio de cursos como este, visto já ser usual e cotidiano de suas atividades/atribuições o apoio e/ou realização desse tipo de evento. Ademais, vale frisar que não haverá gasto com o ministrante do curso, pois este estará realizando trabalho voluntário a bem do serviço público, sendo liberado pela

instituição de origem que faz parte do mesmo ente público, a Prefeitura de Fortaleza.

11 CRONOGRAMA DE MARCOS

MARCO DO PROJETO	DATA DA ENTREGA
FECHAMENTO DAS PARCERIAS	06/01/2020
PROVIDÊNCIA DOS MATERIAIS E INFRAESTRUTURA	20/01/2020
LANÇAMENTO DO EDITAL DE SELEÇÃO DOS JOVENS	24/01/2020
RESULTADO PROCESSO DE SELEÇÃO	21/02/2020
INÍCIO DAS AULAS	02/03/2020
CERTIFICAÇÃO	31/03/2020
AVALIAÇÃO DE IMPACTO	31/03/2021

TABELA 15 - Cronograma com as datas de entrega dos marcos do projeto

FONTE: Planejamento do autor, 2019

12 RESULTADOS ESPERADOS

Retornando a Belga, Silva e Sena (2017), espera-se conseguir atender ao convite das autoras, à inovação em pesquisas, no sentido de, minimamente, analisar o impacto das ações do projeto/programa na mudança social, bem como acompanhar os discursos dos jovens em relação ao respectivo projeto, assim como acompanhar, por meio de comparação de questionários se os jovens compreenderão e se engajarão da forma proposta pela UNESCO.

Assim, vislumbra-se avaliar o impacto do projeto na vida cotidiana dos jovens participantes ao longo de alguns meses e/ou anos, caso seja do interesse deles. Para isso, pretende-se fazer uso dos questionários apresentados nos apêndices B, C e D, com perguntas que intentam compilar e comparar indicadores subjetivos sobre a trajetória de vida de cada jovem participante, para analisar mudança de pensamentos, desejos, nível de conhecimento, atitudes, perspectivas acadêmicas, profissionais, comunitárias, sociais, dentre outros pontos percebidos/registrados antes do curso e depois de sua aplicação.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de intervenção pretende realizar e estimular o desenvolvimento de mais ações locais que contribuam para o alcance das metas globais, principalmente as elencadas nas tabelas 05, 06, 07, 08 e 09, anteriormente citadas, o que se vislumbra minimamente avaliar pela análise dos supracitados questionários.

Ainda, deseja-se que a execução deste projeto contribua com as previsões das agendas globais, nacionais e locais, das macro orientações da Organização das Nações Unidas, principalmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e seu conceito de segurança cidadã, bem como dos organismos internacionais de educação, destacadamente a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), dos princípios dos direitos humanos e proteção de vulneráveis, com ênfase nos adolescentes, jovens e mulheres, assim como pelo previsto na Constituição Federal (1988), na Lei Orgânica do Município de Fortaleza, e suas políticas, programas, projetos e ações prioritárias para o desenvolvimento dos (as) jovens na cidade.

Ademais, deseja-se que por meio deste projeto contributivo para prevenção da violência, haja eficiente estímulo à reflexão para mudança de atitudes em prol de uma cultura de paz, promoção da igualdade de gênero, do respeito, da inclusão, da solidariedade e cooperação mútuas, que se contribua com o fortalecimento da democracia, pela sensibilização da necessidade de ação para valorização e construção permanente do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. C. F. **Os jovens e sua vulnerabilidade social**. 1. ed. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

AINT, Rosamaria de Medeiros. (Coord.). **Curso Direitos humanos e geração da paz**. - Fortaleza: FDR/UAN, 2013.

AYRES, J. R. C. M. et al. **Vulnerabilidade e prevenção em tempo de AIDS**. In: PARKER, R. et al. Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder. São Paulo: Editora 34, 1999.

BELGA, Stephanie Marques Moura Franco; SILVA, Kênia Lara; SENA, Roseni Rosângela de. **Concepções de programas de prevenção à violência e promoção da cultura de paz**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n2/1414-462X-cadsc-1414-462X201700020215.pdf> Acesso em: 07 set. 2019

COMITÊ Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **CADA VIDA IMPORTA: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf> Acesso em: 10 dez. 2018

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Municípios. **PROGRAMA DE PROTAGONISMO JUVENIL**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/documentos/Guia%20de%20Reaplica%C3%A7%C3%A3o%20-%20Programa%20de%20Protagonismo%20Juvenil.pdf> Acesso em: 12 abr. 2019

COSTA, Maria Izabel Sanches. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2018.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES; Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Bairro-escola: uma experiência de reaprendizado na rua**. In: PINSKY, Jaime (Org.). Práticas de cidadania. - São Paulo: Contexto, 2004.

FARIA, Hamilton. **Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência: Ação e Políticas Públicas: Cenários e horizontes da ação global e local**. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/cenarios-e-horizontes-para-uma-acao-global-e-local/> Acesso em: 02 set. 2019

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Lei Orgânica do Município - LOM (2017)**. Disponível em:
https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Org%C3%A2nica_do_Munic%C3%ADpio Acesso em: 08 set. 2019

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **PLANO FORTALEZA 2040: Em Ação / Prefeitura Municipal de Fortaleza**. - v.1, n.1, - Fortaleza: IPLANFOR, 2017

FORTALEZA, Prefeitura de. **Rede CUCA**. Disponível em:
<https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca> Acesso em: 08 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOOGLE Maps. **Mapa dos bairros do entorno do CUCA Barra (2019)**. Disponível em: encurtador.com.br/rDNQS Acesso em: 08 set. 2019

GOOGLE Maps. **Mapa dos bairros do entorno do CUCA Mondubim (2019)**. Disponível em: encurtador.com.br/hNO48 Acesso em: 08 set. 2019

GOOGLE Maps. **Mapa dos bairros do entorno do CUCA Jangurussu (2019)**. Disponível em: encurtador.com.br/ajpYZ Acesso em: 08 set. 2019

GUILHERME, M^a. A. B. Silveira; EVERTON, M^a. B. Socorro. *In*: AINT, Rosamaria de Medeiros. (Coord.). **Curso Direitos humanos e geração da paz**. - Fortaleza: FDR/UAN, 2013.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. - Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça / GPP-GeR: módulo VI** - Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

INSTITUTO de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). **AGENDA 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf Acesso em: 15 jan. 2019

INSTITUTO de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017> Acesso em: 15 jan. 2019

INSTITUTO de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%A2ncia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf> Acesso em: 01 set. 2019

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN Agueda. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf> Acesso em: 09 ago. 2019.

MEDEIROS, João Bosco. Redação **científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 9ª ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, Luis César de Moura. **Gestão de Projetos**. 2ª ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

NAÇÕES Unidas Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 01 abr. 2019

NAÇÕES Unidas Brasil. **CAMPANHA VIDAS NEGRAS**. Disponível em: <http://vidasnegras.nacoesunidas.org/> Acesso em: 12 dez. 2018

ONU Brasil (2015). **Brasil leva exemplos de iniciativas para a prevenção da violência juvenil a Congresso da ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-leva-exemplos-de-iniciativas-para-a-prevencao-da-violencia-juvenil-a-congresso-da-onu/amp/> Acesso em: 02 set. 2019

ONU Mulheres Brasil. **MOVIMENTO ELES POR ELAS (HeForShe)**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/> Acesso em: 12 dez. 2018

ONU Mulheres Brasil. **PLANETA 50-50**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/> Acesso em: 12 dez. 2018

PIOVESAN, Flávia. **Cidadania global é possível?** In: PINSKY, Jaime (Org.). Práticas de cidadania. - São Paulo: Contexto, 2004.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Curso de Convivência e Segurança Cidadã**: textos complementares - Brasília: PNUD, 2007.

ROLIM, M^a. J. Esmeraldo. **A Prevenção da Violência e do Bullying nas Escolas, usando Inteligência Social e a Psicologia Positiva**. In: Cadernos INESP (Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará). nº 9. Gestão Educacional no Combate à Violência. - Fortaleza: INESP, 2012.

SANTOS, Evaniele A. de O. In: AINT, Rosamaria de Medeiros. (Coord.). **Curso Direitos humanos e geração da paz**. - Fortaleza: FDR/UAN, 2013.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENADO Federal. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 15 fev. 2019

SENADO Federal. **ESTATUTO DA JUVENTUDE.** Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>
 Acesso em: 02 abr. 2019

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Municipal no Brasil - sugestões para uma agenda mínima.** In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades.* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Duílio Duka de. **Combate ao Racismo: compromisso e ações propositivas.** In: PINSKY, Jaime (Org.). *Práticas de cidadania.* - São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Rafael Barreto. **Cidadania, Justiça e Participação.** In: FEITOSA, Gustavo (Org.). *Cidadania Judiciária.* - Fortaleza: FDR/UAN, 2014.

TDH Brasil. **Vozes: O que pensam os/as adolescentes sobre o sistema socioeducativo, a prevenção ao ato infracional e sua responsabilização.** - Fortaleza: Tdh Brasil, 2016.

TOURAINÉ, A. **Juventud y democracia en Chile.** Última Década, Valparaíso, n. 8, p. 71- 87, mar. 1998.

UNESCO (1999). **Manifesto 2000.** Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/manifesto-em-defesa-da-paz-2000.html> Acesso em: 01 set. 2019

UNESCO (2010). **Cultura de paz:** da reflexão à ação: balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. Disponível em:
<file:///B:/Desktop/UNESCO%20Cultura%20de%20Paz%202000-2010.pdf> Acesso em: 01 set. 2019

UNESCO (2017). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para Ciências Humanas e Sociais.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/2030-agenda-for-sustainable-development/unesco-and-sustainable-development-goals/sustainable-development-goals-for-social-and-human-sciences/> Acesso em: 03 set. 2019

APÊNDICE A - EMENTA - CURSO INTEGRATIVO - Agenda Jovem 2030: Paz, Justiça e Segurança para tod@s

PÚBLICO-ALVO: 20 alunos (10 de cada sexo/gênero) **CARGA-HORÁRIA:** 40 h/a

MÓDULO I - A Juventude, a Agenda 2030 e a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a promoção da democracia

- Apresentação pessoal;
- Expectativas e início do plano de vida (falado e escrito)*;
- Aplicação de mini pesquisa sobre violência pessoal/familiar/comunitária**;
- Apresentação de vídeos, slides e textos sobre a Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua importância para a Juventude.

MÓDULO II - Os ODS 05 e 16 e sua relação com os ODS 03, 04, 10 e 11 para a prevenção da violência entre jovens e fortalecimento da democracia

- Apresentação de vídeos, slides e textos sobre os ODS 03, 04, 05, 10, 11 e 16.
- Dinâmica para fixação dos ODS com jogo da memória.

MÓDULO III - Populações Vulneráveis e os dispositivos legais para sua proteção

- Apresentação de vídeos, slides e textos sobre as populações vulneráveis, Crianças e Adolescentes, Idosos, Negros, Pessoas em Situação de Rua, Pessoas com Deficiência, Mulheres e Jovens, com foco nos dispositivos legais para proteção das duas últimas;
- Dinâmica teatral sobre situações de violência contra jovens (ambos os sexos/gêneros).

MÓDULO IV- Populações Vulneráveis e a Rede de Atendimento Local para apoio em situação de violência

- Apresentação de vídeos, slides e textos sobre os equipamentos da rede de atendimento a vítimas de violência em Fortaleza e seus protocolos de ação;
- Dinâmica teatral sobre atendimento correto em situações de violência contra jovens (ambos os sexos/gêneros).

MÓDULO V - Cultura de Paz e Segurança Cidadã para o enfrentamento da violência juvenil e de gênero

- Apresentação de vídeos, slides e textos sobre o Conceito de Segurança Cidadã e Cultura de Paz do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD;
- Exemplos de situações de violência e ações preventivas realizadas mundo afora;
- Elaboração de um plano de ação para resolução de uma situação de violência.

MÓDULO VI - Avanços e Desafios na prevenção de todas as formas de violência contra mulheres, jovens e meninas

Apresentação de vídeos, slides e textos sobre a complexidade e especificidade da violência de gênero, a partir de abordagem sobre a "masculinidade e machismo", "depressão masculina e feminina", "assédio sexual no trabalho e cultura do estupro", "educação para a liberdade sexual", "empoderamento feminino" (Cartilha "NAMORO LEGAL"), Participação Política, Campanhas da Organização das Nações Unidas (16 dias de Ativismo, Dia Laranja, Eles por Elas) e iniciativas no cotidiano para melhorar a vida de todas as mulheres e meninas;

- Debate sobre os supracitados assuntos.

MÓDULO VII - Avanços e Desafios na prevenção de homicídios entre jovens negros e pobres da periferia

- Apresentação de vídeos, slides e textos a partir de abordagem sobre a "Masculinidade e Machismo", *Bullying*, Cultura de Paz X Cultura de Violência nas comunidades entre grupos de jovens e no trânsito, Atos Infracionais, Estatutos da Criança e do Adolescente, e Juventude, Protagonismo Juvenil pela Economia Criativa, Empreendedorismo, Arte, Ciência e Esporte.

MÓDULO VIII - Visita Técnica (Um Centro de Referência de Direitos Humanos)

- Visita *in loco* a um equipamento público municipal de proteção a uma população vulnerável e sessão de tira-dúvidas com os profissionais que trabalham no atendimento às vítimas de violência;

- Data limite para entrega do plano de vida e da mini pesquisa para estar apto a concorrer a premiação na cerimônia de encerramento.

CERTIFICAÇÃO e CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO CURSO

- Apresentação de vídeo com melhores momentos do curso;

- Elogios e agradecimentos aos alunos e parceiros;

- Avaliação do curso pelos alunos***;

- Premiação (prêmios para entretenimento e aprendizagem para ambos os sexos/gêneros).

***OBSERVAÇÃO 1** - Uso de questionário para que os alunos façam a atividade sobre seu plano de vida;

****OBSERVAÇÃO 2** - Uso de questionário para que os alunos realizem/participem de uma mini pesquisa sobre violência na sua vida/família/comunidade;

*****OBSERVAÇÃO 3** - Uso de um questionário para que os alunos avaliem o curso.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 1 - PLANO DE VIDA

Qual sua idade? _____

Mora em qual bairro? _____

Mora com quem? _____

Você tem filhos? Se sim, quem cuida deles? _____

Você realiza alguma atividade voluntária ou profissional na sua comunidade? Se sim, descreva resumidamente. _____

Você gosta da escola? O que mais gosta e menos gosta na escola? _____

Como se relaciona com os funcionários, professores, diretores? Tem amigos? _____

Você acha que vai estudar até quando, até que nível de estudo? _____

COMO EU ME VEJO NO FUTURO

Você tem sonhos? Se sim, qual (is)? _____

Como e em quanto tempo pensa em realizá-los? _____

Você gosta de si mesmo? Se sente bem? Sente que está no caminho certo:

Nos estudos _____

No trabalho _____

Na relação com a família _____

Na relação com os amigos _____

Com quais apoios de pessoas/ lugares / atividades, você acha que pode contar para te ajudar a realizar seus sonhos? _____

Complete as frases:

NO FUTURO eu quero trabalhar com _____

NO FUTURO eu quero ter _____

NO FUTURO eu quero estar com _____

NO FUTURO eu quero ser reconhecido por _____

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 2 - CONVIVÊNCIA FAMILIAR / COMUNITÁRIA

Você se sente bem sendo homem/mulher ou ter outro gênero/orientação sexual?

Você já SOFREU algum tipo de preconceito e/ou violência por ser homem/mulher ou ter outro gênero/orientação sexual?

Você já SOFREU algum tipo de preconceito e/ou violência por quaisquer outros motivos na família, na escola ou na sua comunidade?

Você já PRESENCIOU algum tipo de preconceito e/ou violência contra outras pessoas na família, na escola ou na sua comunidade?

Você já OUVIU COMENTÁRIOS sobre algum tipo de preconceito e/ou violência contra outras pessoas na sua família, na escola ou na sua comunidade?

Você percebe que há algum tipo de diferença no tratamento que a sociedade dá aos homens/mulheres ou para pessoas que têm outro gênero/orientação sexual, ou ainda para pessoas com deficiência ou jovens negros (as) e pobres?

Você já teve alguma aula ou orientação sobre sexo, sexualidade, DST's/AIDS, prevenção de assédio e/ou violência sexual ou de gênero?

Você já participou de alguma brincadeira para fazer piadas frequentes com colegas por motivos de gênero/orientação sexual, ou ainda com pessoas com deficiência ou jovens negros (as) e pobres na sua família, escola e/ou comunidade?_____
